

Atualidade do pensamento educacional de Florestan Fernandes

The relevance of Florestan Fernandes' educational thought

Rai Vieira Soares*  

Resumo: O Brasil é permeado por históricos dilemas educacionais que se particularizam na dinâmica do capitalismo dependente. Assim, o presente artigo trata da atualidade do pensamento educacional do intelectual-militante Florestan Fernandes. Tem como objetivo refletir sobre a atualidade do pensamento educacional deste intelectual para pensar os desafios da educação pública na contemporaneidade. Orientado pelo método histórico-dialético, a pesquisa de natureza qualitativa se baseou em pesquisa bibliográfica sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes e de artigos publicados nos periódicos da área de educação fundamentados no pensamento florestiano. Com isso, demonstrou-se a atualidade do pensamento educacional do autor e as múltiplas possibilidades de diálogo com sua obra para pensar os desafios educacionais contemporâneos no âmbito da educação básica e superior, o trabalho docente, as concepções de educação e a conformação da educação na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro.

Palavras-chaves: Florestan Fernandes; Capitalismo dependente; Realidade brasileira; Pensamento educacional.

Abstract: Brazil is permeated by historical educational dilemmas that are particularized in the dynamics of dependent capitalism. Thus, this article deals with the current relevance of the educational thought of the intellectual-activist Florestan Fernandes. Its objective is to reflect on the current relevance of this intellectual's educational thought in order to think about the challenges of public education in contemporary times. Guided by the historical-dialectical method, the qualitative research was based on bibliographical research on Florestan Fernandes' educational thought and articles published in educational journals based on Florestan's thought. With this, the current relevance of the author's educational thought and the multiple possibilities of dialogue with his work were demonstrated in order to think about contemporary educational challenges in the context of basic and higher education, teaching work, the concepts of education and the conformation of education in the dynamics of Brazilian dependent capitalism.

Keywords: Florestan Fernandes; Dependent capitalism; Brazilian reality; Educational thinking.

* Universidade de Brasília. E-mail: rai.soares@unb.br

Introdução

Historicamente a educação pública brasileira é permeada “problemas” e dilemas profundos como a desvalorização do trabalho docente, o privatismo educacional, o desafio da democratização do acesso ao ensino público, o desfinanciamento e a precarização da política de educação pública. Esses são alguns dos muitos exemplos. Algumas destas questões podem ser observadas nos Relatórios do Censo Escolar da Educação Básica publicados pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo o Censo Escolar de 2023 (Brasil, 2023) são desafios educacionais: a garantia e ampliação da educação infantil, principalmente de creches públicas; o crescimento de taxas de evasão nos últimos anos do ensino fundamental e ensino médio na rede pública; a reduzida cobertura e matrículas em escolas de tempo integral; as desigualdades regionais no acesso a recursos tecnológicos nas escolas de ensino fundamental, como por exemplo, as regiões Norte e Nordeste são as que têm as menores taxas de acesso a internet para alunos, internet para ensino e aprendizagem e acesso a tablets ou computador portátil para os estudantes; a redução das taxas de distorção idade-série; dentre outros desafios.

Tais desafios não podem ser vistos isoladamente, devem ser apreendidos numa abordagem crítica que considere a dinâmica da vida social em seus aspectos históricos, econômicos e políticos. Quando se reivindica uma perspectiva crítica de análise da realidade social, é necessário observar tais dilemas educacionais numa perspectiva de totalidade, ou seja, partir da realidade fenomênica e buscar seus fundamentos estruturantes, assim como, situá-los na dinâmica mais ampla do modo de produção capitalista e suas particularidades na formação econômico-social da sociedade brasileira no capitalismo dependente, permeada ainda por históricas desigualdades regionais, de gênero e étnico-raciais. É nessa perspectiva que se localiza o pensamento de Florestan Fernandes, sociólogo, professor, intelectual-militante e marxista, conhecido como um dos “intérpretes do Brasil” e representante da sociologia crítica brasileira.

Como um sociólogo preocupado com uma sociologia que partisse da realidade concreta da sociedade brasileira, as obras de Florestan Fernandes deram origem à uma sociologia tipicamente brasileira de vertente marxista, suas obras versam sobre as particularidades do nosso desenvolvimento capitalista, a formação e dinâmica das classes sociais, o papel do Estado, a democracia, o capitalismo dependente, a questão racial, a questão educacional e a universidade. É importante destacar que Florestan Fernandes não elaborou uma teoria pedagógica específica, pois o seu estilo ensaísta e por ser um sociólogo preocupado em refletir sobre a realidade brasileira, o autor problematizou os dilemas educacionais, as relações entre

educação e desenvolvimento bem como a importância da defesa da educação pública na sociedade brasileira.

Florestan Fernandes tem uma perspectiva de análise que considera os dilemas educacionais no contexto da realidade social, a partir da articulação entre elementos estruturais e dinâmicos da sociedade brasileira, ou seja, na relação dialética entre aspectos “novos” e “velhos”, permanências e rupturas, continuidades e mudanças. Ademais, o autor parte da compreensão de que os dilemas educacionais na sociedade brasileira devem ser situados no contexto do capitalismo dependente latino-americano e sua inserção na dinâmica do capitalismo mundial. Ou seja, a particularidade de um país localizado na dinâmica do capitalismo dependente vai oferecer determinados contornos específicos à sociedade brasileira, inclusive aos seus dilemas educacionais. Este é um dos seus principais pressupostos e seu “fio” condutor de análise.

Diante dessas considerações iniciais sobre a questão educacional no pensamento florestiano, o presente artigo se originou da seguinte questão de partida: qual a atualidade do pensamento educacional de Florestan Fernandes para pensar os desafios da educação pública na contemporaneidade? Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico e análise dos artigos publicados nos períodos da área de educação que tratam sobre os dilemas educacionais contemporâneos fundamentados no pensamento do referido autor.

Justifica-se esta temática a partir de dois aspectos. Um primeiro aspecto relaciona-se à aproximação com as ideias de Florestan Fernandes por meio da participação em grupos de pesquisas e estudos sobre a questão educacional no capitalismo dependente. Ademais, o autor do presente artigo compartilha com Florestan Fernandes, mesmo vivendo em épocas distintas, experiências de uma trajetória de vida familiar marcada pelas desigualdades de classe típicas da sociedade brasileira, repercutindo também nas desigualdades educacionais. Dessa forma, a escrita do presente texto se apoia na defesa da educação pública e de qualidade na qual assume uma importância estratégica para o enfrentamento das históricas desigualdades sociais no Brasil. Entretanto, tal defesa não pode cair no messianismo de atribuir unicamente à educação o papel de transformação social, mas no entendimento dialético das suas contradições, limites e possibilidades.

Do ponto de vista acadêmico-social, a reivindicação da temática soma-se ao esforço coletivo de pesquisadores da área de Educação e do Serviço Social de contribuir com a compreensão dos fundamentos históricos e estruturantes dos dilemas educacionais brasileiros, pois essa tarefa é imprescindível para a formulação de políticas educacionais que respondam às reais necessidades do povo brasileiro e ao desenvolvimento social tão almejado.

Também neste âmbito é importante destacar que o tema da educação vem ganhando destaque no Serviço Social brasileiro nos últimos anos pois, embora não seja um tema “novo”, tem cada vez sido um objeto de investigação e intervenção profissional. Este movimento é resultante de um processo de um acúmulo teórico-metodológico no interior na profissão com hegemonia da perspectiva marxista que contribuiu para a consolidação da pesquisa no Serviço Social, com estudos e contribuições também no debate educacional. Além disso, no plano externo, foi marcante ainda a reconfiguração e ampliação dos espaços de inserção profissional nas políticas públicas sociais, o que contribuiu para a inserção profissional de assistentes sociais na educação.

Esta relação entre Serviço Social e educação tem sido evidenciada por meio de alguns determinantes. O primeiro se refere ao entendimento de que a profissão historicamente possui uma dimensão pedagógica que é constitutiva da intervenção do Serviço Social, seja orientada por pedagogias conservadoras ou pedagogias críticas (Moraes, 2020). Outro aspecto que demandou a aproximação do Serviço Social com a educação, foi a inserção profissional no âmbito educacional, seja pela expansão das universidades e institutos federais o que requisitou a formulação de políticas de assistência estudantil para garantia do acesso e permanência de estudantes, mas também a inserção de assistentes sociais nas escolas, na gestão das redes públicas de educação básica e nas instituições escolares privadas ou filantrópicas. A inserção profissional na educação básica ganhou destaque principalmente com a aprovação da Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 (Brasil, 2019) que prevê a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Diante disso, o artigo ora apresentado tem como objetivo geral refletir sobre a atualidade do pensamento educacional de Florestan Fernandes para pensar os desafios da educação pública na contemporaneidade. Assim, foram delimitados como objetivos específicos: a) Apontar a relação entre educação pública e os principais aspectos da trajetória pessoal, intelectual e militante de Florestan Fernandes; b) Problematizar as particularidades da educação no âmbito do capitalismo dependente no pensamento florestiano; c) Indicar as tendências contemporâneas do debate educacional com base no pensamento de Florestan Fernandes.

Com base nestes objetivos, o artigo se orientou no método histórico-dialético, por entender que tal perspectiva de análise possibilita ao pesquisador ultrapassar as questões fenomênicas e buscar os fundamentos e determinantes histórico-estruturantes dos processos sociais. Destaca-se as contribuições desse método para as pesquisas sobre políticas e projetos de educação. Para Gomide e Jacomeli (2016), o referido método contribui para a apreensão dos projetos e políticas educacionais no âmbito da totalidade social, isto é, a educação não pode ser

tratada isoladamente. Ultrapassa-se assim, as perspectivas teórico-metodológicas que tratam as políticas educacionais com foco na descrição ou na mera observação dos fatos. Ou seja, o método marxista não se limita ao senso comum, aos elementos da aparência no estudo da educação, mas busca compreender a sua essência, natureza e estrutura da educação numa sociedade de classes.

Como projeto e política pública, a educação é permeada por interesses políticos, ideológicos e econômicos. Consequentemente, não é possível compreender os fundamentos da educação sem o entendimento da lógica de funcionamento do modo de produção capitalista e suas particularidades em cada realidade nacional. Contradição, mediação e totalidade são princípios metodológicos fundamentais nas pesquisas sobre educação. A contradição possibilita entender que a educação conserva, ao mesmo tempo, elementos de permanência e superação. A mediação pressupõe a inserção da educação na dinâmica das relações sociais e em que o ser social tem papel ativo e transformador. Já totalidade indica a necessidade da articulação entre as particularidades da educação com o contexto político, econômico e social mais amplo do capitalismo (Gomide; Jacomeli, 2016).

Nesse sentido, o artigo se baseou numa pesquisa qualitativa de base bibliográfica sobre o pensamento educacional de Florestan Fernandes. Além da consulta das obras clássicas do referido autor, fez-se um levamento bibliográfico de artigos publicados nos periódicos científicos da área de educação com fundamentos no pensamento florestiano. O levantamento nos periódicos considerou apenas o período de 2022, por pressupor que ano foi o último ano do governo Bolsonaro (2019-2022), período de muitos desafios nas políticas educacionais com o aprofundamento do conservadorismo na sociedade brasileira com incidências nas políticas públicas e sociais. Além disso, a ampliação do marco temporal de seleção resultaria em grande quantidade de artigos, o que seria inviável para análise em um artigo.

A pesquisa foi realizada no *Google Acadêmico* no qual foram utilizados os operadores *booleanos*¹ como estratégia de busca. A busca dos artigos utilizou as seguintes palavras-chaves: (educacao OR “educacao basica” OR “educacao superior” OR “desafios educacionais” OR “dilemas educacionais”) AND (“capitalismo dependente” OR “Florestan Fernandes” OR “padrao educacional dependente” OR “questão educacional em Florestan Fernandes” OR

¹ Os operadores *booleanos* são uma estratégia de pesquisa com a utilização de caracteres especiais com a utilização e combinação de palavras-chaves definidas pelo/a pesquisador/a. Segundo a lógica booleana, as palavras-chaves são conectadas pelo uso de “e” e “ou”, sendo que a utilização do “ou” pode ampliar a pesquisa e o uso do “e” pode restringir (Treinta *et al.*, 2014).

“pensamento educacional de Florestan Fernandes”)². Assim, houve a busca e seleção dos artigos, categorização dos principais eixos temática e análise dos achados.

É importante destacar que não se tem a pretensão de esgotar as possibilidades da reflexão nos limites do presente artigo, mas, sobretudo, provocar inquietações, curiosidade e debates. Com base no método de análise adotado na pesquisa realizada, toda investigação da realidade é um processo de aproximações sucessivas, em que esta realidade sempre será mais rica e complexa de determinações e mediações, ou seja, que ultrapassam o presente texto. Nesse sentido, o artigo foi estruturado da seguinte forma: introdução; seção dois apresentando os principais aspectos da vida de Florestan Fernandes que demonstram os vínculos com a educação; seção três, que particulariza a educação no capitalismo dependente brasileiro; e a seção quatro, na busca de sintetizar as tendências do debate educacional contemporâneo que se fundamentam no pensamento de Florestan Fernandes.

Florestan Fernandes: trajetória em defesa da educação pública

Antes de qualquer discussão, é importante apresentar o autor em questão, pois sua trajetória pessoal foi determinante para problematizar a educação numa perspectiva sociológica crítica e assumir a luta em defesa da educação pública. Além disso, essa trajetória contribuiu para sua postura teórica e militante de compromisso com os “de baixo”, segundo suas próprias palavras. A apresentação do referido intelectual evidencia ainda que a produção intelectual não é desvinculada de compromisso político-social, pondo assim em “xeque” a ideia de neutralidade acadêmico-científica, tão defendida por perspectivas conservadoras.

Oriundo de uma família pobre e filho de uma empregada doméstica não-alfabetizada, Florestan Fernandes teve uma trajetória pessoal, principalmente na infância e adolescência, marcada pelas desigualdades sociais de classe da cidade de São Paulo nos anos 1920-1930. Por tal razão, foi obrigado a trabalhar desde cedo, passando por várias ocupações informais. Isso fez com que, naquele período, não tivesse acesso à educação de forma permanente e regular. Posteriormente, a partir dos 17 anos, teve acesso à uma formação regular, o que contribuiu para o seu ingresso em 1944 na universidade pública, no curso de graduação em Ciências Sociais, no qual seguiu com sua carreira acadêmica no mestrado e doutorado também na área, ambos na

² A busca foi realizada no dia 07 de maio de 2024 com 380 resultados. Para chegar a um número de artigos que fosse possível a análise, foram elaborados outros critérios de seleção, a saber: artigo científico publicado em revista; textos em português; textos com citações de Florestan Fernandes e com temas transversais à educação. Assim foram excluídos: trabalhos de conclusão de curso, capítulo de livro, dissertações, teses, livros, citações, revistas internacionais, artigos em língua estrangeira e os anais de eventos. A partir de tais critérios, chegou-se ao número de 14 artigos.

Universidade de São Paulo (USP), onde logo em seguida se tornou professor (Ianni, 2004). Foi afastado compulsoriamente da universidade durante o auge da ditadura. Isso, contudo, não impediu que continuasse com as críticas à ditadura e seu apoio ao movimento estudantil e a outros grupos de resistência na universidade e na sociedade de forma geral.

Sua trajetória é marcada por uma postura intelectual-militante em defesa da educação pública. Entre fins da década de 1950 e na década de 1960, participou dos debates sobre a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, bem como do movimento nacional da Campanha em defesa da escola pública. Nos anos 1960, contribuiu com as reflexões sobre a reforma universitária, ademais, fez críticas à “reforma universitária” implementada em 1968 pela ditadura empresarial-militar e seu projeto autocrático-burguês. Em fins dos anos 1970 e na década de 1980, foi um dos intelectuais comprometidos com a pauta da educação pública no processo da constituinte, reivindicando o financiamento público-estatal exclusivo para educação pública (Leher, 2012; Saviani, 1996) assim como uma concepção de universidade autônoma assentada no tripé ensino, pesquisa e extensão na Constituição Federal de 1988. Este aspecto também é destacado por Brzezinski (2010), em particular, no processo de tramitação e nas disputas em torno da LDB de 1996, com as tensões com os representantes dos setores privados e confessionais da educação.

Do ponto de vista dos marcos regulatórios da educação no Brasil, a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) é um dos principais marcos, ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família no artigo nº 205. Porém, a garantia desse direito constitucional enfrenta vários desafios para a sua plena efetivação na realidade brasileira, considerando que ela é permeada por históricas desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, o que implica na existência de desigualdades educacionais, como citado anteriormente. Mas tal constatação não desconsidera a importância do preceito constitucional da educação como direito na sociedade brasileira. Entretanto, no campo da educação superior, a Carta Magna de 1988 no seu artigo nº 208 relativiza o direito à educação, pois afirma que o acesso aos níveis mais elevados de ensino e pesquisa depende da “capacidade” de cada pessoa. Expressa assim uma concepção de educação superior permeada pelo elitismo e desvinculada da noção de direito e da responsabilidade do Estado.

Florestan Fernandes foi eleito deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 1986 e se dedicou de forma particular ao tema da educação no processo da Constituinte. Porém, antes disso, o debate educacional já ocupava lugar de destaque na sua produção acadêmico-intelectual numa perspectiva crítica de apreensão dos dilemas educacionais vinculados às determinações econômicas, políticas e sociais presentes na

sociedade brasileira. Segundo a perspectiva do autor, a Constituição de 1988 foi expressão de uma “transição democrática” negociada entre as elites, considerando o contexto de efervescência política e organização popular. Deste processo, resultou uma chamada “Nova República” que conservou traços autocráticos e antidemocráticos.

Durante o processo da Constituinte, Florestan Fernandes defendeu: a legitimidade da participação de professores nos debates de educação; o ensino laico; a garantia da igualdade das oportunidades educacionais; e a exclusividade de recursos públicos para a educação pública, mas perdeu a disputa com os setores conservadores e de direita. Além disso, o deputado pautou a necessidade de o texto constitucional incorporar reformas estruturais para redução das desigualdades sociais na realidade brasileira, a exemplo da reforma educacional e agrária (Okumura; Novaes, 2023).

Em síntese, as principais questões abordadas por Florestan Fernandes durante a Assembleia Nacional Constituinte em matéria educacional não foram efetivadas na Constituição Federal de 1988, em particular, sobre a exclusividade de recursos públicos para a educação pública, com a vitória dos representantes dos interesses dos setores privado e confessional da educação no Brasil. Portanto, a Carta Magna, mesmo reconhecendo alguns avanços no âmbito do reconhecimento dos direitos sociais, da segurança social e, em particular, do direito à educação, ainda manteve os históricos limites à democratização efetiva da educação pública e da sociedade brasileira. Estes limites são expressões de uma democracia restrita típica do capitalismo dependente brasileiro e do Estado autocrático-burguês que restringe a universalização dos direitos.

No campo da produção teórica, Florestan Fernandes tem uma vasta obra que ultrapassa os limites do presente texto. Para pensar a realidade brasileira e o capitalismo dependente, destacam-se: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1973), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Fernandes, 2008a), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes, 1976), *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008b). E no âmbito do pensamento educacional: *Educação e sociedade no Brasil* (Fernandes, 1966), *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 2020a), *O desafio educacional* (Fernandes, 2020b), *A formação política e o trabalho do professor* (Fernandes, 2019) dentre outras obras, artigos e matérias em jornais, mas aqui cita-se apenas as principais obras.

Essa produção do autor deve ser vista como resultado de uma trajetória político-pessoal e de um processo de amadurecimento teórico-intelectual, em articulação crítica com os momentos históricos da realidade brasileira. Diante do exposto, percebe-se como a trajetória

pessoal de Florestan Fernandes foi determinante para fincar-se como um intelectual-militante marxista comprometido com os “de baixo” e com a defesa da educação pública na sociedade brasileira. Consolidou-se também como um sociólogo crítico e um dos principais nomes do pensamento social brasileiro, com referência não apenas na área da Sociologia, mas também para várias outras áreas de conhecimento. Por esta razão, destaca-se a seguir algumas de suas contribuições e reflexões sobre os dilemas educacionais na realidade brasileira, considerando a particularidade e dinâmica do capitalismo dependente brasileiro em seus aspectos dinâmicos e estruturais.

Capitalismo dependente e a questão educacional em Florestan Fernandes

Para compreender a questão educacional em Florestan Fernandes, é necessário entender a sua concepção de capitalismo dependente, o “fio” condutor e base de sua análise. Todavia, esse conceito não se encontra de forma fechada apenas em uma obra do referido intelectual, mas aparece em um conjunto de obras, acrescentando novos elementos de análise para se entender as especificidades e dinâmica do capitalismo dependente. As principais obras em que esse tema aparece são: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1973), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Fernandes, 2008a) e *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes, 1976).

Nesse sentido, considera-se que o pensamento educacional e sociológico de Florestan Fernandes se articula com a tradição das teorias pedagógicas críticas, particularmente da pedagogia histórico-crítica, pois apresenta as mediações e contradições da educação na realidade brasileira. Segundo Saviani (2008), as teorias pedagógicas críticas compreendem que a educação é permeada pelas incidências da dinâmica das classes sociais, as disputas, os conflitos e tensionamentos da sociabilidade burguesa, ou seja, só se comprehende a educação a partir da análise dos seus condicionantes sociais e do contexto histórico. Tal perspectiva analítica encontra-se nas problematizações do pensamento florestiano, como será apresentado a seguir.

O autor parte do entendimento de que o modo de produção capitalista não é homogêneo, ou seja, produz distintos níveis de desenvolvimento assim como não pode ser resumido apenas a uma dimensão econômica, mas apreendido como uma complexa realidade sociocultural. Na divisão internacional do trabalho e do mundo se estabelecem distintas padrões de exploração e dominação entre países, consequentemente se estabelecem relações de centro e periferia. Diante disso, o capitalismo dependente pode ser definido como uma forma específica de desenvolvimento econômico-social. Essa forma específica e típica da periferia do capitalismo,

reproduz um padrão dual de expropriação e espoliação do excedente econômico, de um lado, para garantir os interesses das elites locais e, de outro lado, das elites internacionais. Por esta razão, reproduz um padrão articulado de dominação burguesa pois garante, ao mesmo tempo, a dominação interna e externa (Fernandes, 1973; 1976; 2008a). Nas palavras do autor:

[...] a estrutura e o destino histórico de sociedades desse tipo se vinculam a um capitalismo dependente, elas encarnam uma situação específica, que só pode ser caracterizada através de uma economia de mercado duplamente polarizada, destituída de auto-suficiência e possuidora, no máximo, de uma economia limitada. [...] Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, no nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, no nível das explicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, no nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Fernandes, 2008a, p. 36-37).

Cabe ressaltar que o referido autor não secundariza o papel das burguesias locais na dinâmica do capitalismo dependente. Pelo contrário, embora ocupem o lugar de “sócias menores” na divisão internacional do trabalho, estas desempenham uma função importante na articulação com os grandes centros econômicos internacionais para a condução da superexploração e expropriação do excedente econômico “para dentro” e “para fora”. Portanto, para o desenvolvimento e acumulação das grandes nações internacionais do capitalismo central necessita-se de burguesias locais fortes nos países de capitalismo dependente na América Latina (Fernandes, 1976).

Segundo Fernandes (1973; 1976; 2008a), os países de capitalismo dependente são historicamente marcados por um colonialismo permanente que se reproduz por distintos padrões de dominação externa. Tais países são impossibilitados de ter um desenvolvimento autônomo ou um projeto autônomo de nação. Do ponto de vista das relações e processos sociais, tem-se a modernização do arcaico e a arcaização do moderno (Fernandes, 1973), ou seja, um desenvolvimento capitalista que contém uma dialética entre o moderno e o atrasado. Pode-se citar como exemplo, a existência ainda presente de trabalhos análogos à escravidão, resquícios de um Brasil colonial-escravocrata, ou ainda, o autoritarismo e a violência exacerbada na sociedade brasileira.

Em outras palavras, deve-se entender que o desenvolvimento dos países do centro do capitalismo só é sustentado pelo subdesenvolvimento dos países da periferia capitalista, considerando que faz parte da dinâmica capitalista um desenvolvimento desigual e combinado. A contraface do imperialismo é o subdesenvolvimento, o empobrecimento e a superexploração

de outros países. Isso significa que o subdesenvolvimento não é uma “fase” ou uma “etapa”, mas é historicamente condicionado pela dinâmica do desenvolvimento capitalista (Fernandes, 1976). O capitalismo dependente é uma expressão da divisão internacional do trabalho, a qual atribui determinados papéis para países do “centro” e da “periferia” do capitalismo mundial. Um exemplo disso é o histórico caráter agroexportador do Brasil e o peso do agronegócio na economia brasileira. Nessa dinâmica, o Brasil cumpre apenas a função de fornecimento de alimentos e bens primários para o mundo.

A postura teórico-analítica do autor rompe com uma leitura “endógena” da realidade brasileira e latino-americana, pois situa as particularidades do desenvolvimento capitalista no contexto do capitalismo mundial. Além disso, chama atenção para a particularidade brasileira que contém um desenvolvimento capitalista distinto das experiências de revoluções burguesas clássicas. Segundo Fernandes (1976), a revolução burguesa na periferia é atrasada e assume traços autocráticos com ações reacionárias das frações burguesas, considerando que nunca assumiu a defesa de direitos ou um conjunto de reformas sociais na realidade brasileira. A chamada modernização da sociedade brasileira ocorreu com a manutenção de determinadas estruturas de poder típicas do período colonial, úteis não apenas às elites locais, mas também às requisições do mercado mundial, responsável por reservar à economia brasileira um lugar especializado, de natureza heteronômica e com a reprodução de uma “condição colonial permanente, embora instável e mutável” (Fernandes, 2008a, p. 27).

Para Fernandes (1976), a dominação burguesa na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro ocorre por meio de uma violência institucionalizada e coercitiva para a garantia de interesses materiais privados e particularistas, com exclusão dos setores e camadas populares, isto é, uma prática característica de uma democracia restrita. Na dinâmica do capitalismo dependente, a apropriação privada do Estado pelas frações burguesas é estratégica para a garantia da dominação burguesa interna e externa. Isto é, a disputa das frações burguesas pela hegemonia do Estado é funcional à garantia da autoproteção e autoprivilegiamento das elites econômico-sociais. Disso resulta um Estado autocrático-burguês que se realiza como Estado antinacional e antipopular por meio de uma democracia restrita, na qual só participam dela os que detêm o poder econômico e prestígio social. O Estado autocrático-burguês típico do capitalismo dependente convive com as diversas manifestações de autoritarismo e violência assim como é incapaz de universalizar direitos humanos (Fernandes, 1973; 1976; 2018). Tal configuração de Estado contribui e reproduz sistematicamente uma cultura autocrática na sociedade brasileira.

Todavia, o autor não tem uma visão engessada do Estado, mesmo reconhecendo que a direção do Estado é dada por tais elites, não descarta a leitura de que é também um espaço de disputa, contradições, tensionamentos e conflitos, sendo possível avançar, em determinadas conjunturas em algumas conquistas sociais, mesmo que nos limites do capitalismo, como na conquista de direitos e políticas sociais, como o direito à educação e às políticas educacionais, estas também atravessadas por contradições e limites.

É nesse cenário que se localiza a questão educacional em Florestan Fernandes, pois a educação também vai reproduzir os limites e contradições da dinâmica do capitalismo dependente. Nesse sentido, o autor aponta na obra *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* a existência de um padrão educacional dependente na realidade brasileira (Fernandes, 2020a) que se evidencia em várias dimensões: a precarização que marca a gênese e o desenvolvimento das universidades brasileiras; a dificuldade da democratização da educação pública e de qualidade; o lugar secundário atribuído à educação na sociedade brasileira; o desfinanciamento ou reduzido orçamento destinado à educação; o histórico privatismo educacional; e nos controles externos sobre as universidades públicas, os professores e estudantes, ferindo os princípios de autonomia universitária-docente-intelectual e de organização.

Na obra *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?*, com sua primeira edição publicada em 1968, Florestan Fernandes assinala que, naquele contexto de regime ditatorial, a universidade estava submetida em “[...] nova e perniciosa modalidade de controle – o *controle ideológico*” (Fernandes, 2020a, p. 67), o que interferia na sua composição, estrutura, dinâmica e funcionamento. Diante dessa reflexão do autor, pressupõe-se que, historicamente, a universidade brasileira é submetida a múltiplas formas de controle, inclusive de controle ideológico, que assume novas feições na contemporaneidade em tempos de aprofundamento e avanço do conservadorismo. Além disso, esta obra foi uma resposta intelectual crítica do autor à reforma universitária de 1968 implementada pelo regime empresarial-militar.

Segundo Fernandes (2020a), os resultados dessa Reforma de 1968 foram: o não rompimento com os modelos tradicionais de educação superior; manutenção de históricos de privilégios do antigo modelo educacional; organização de atividades acadêmicas segundo critérios de produtividade, “eficiência” e “eficácia”; o monopólio do poder e a centralização das decisões na gestão da universidade; uma reforma burocrática e tecnocrática; continuidade do privatismo educacional, ainda que sob novas configurações, por meio da organização das universidades em fundações; o incentivo às parcerias público-privadas com a realização de consultorias e assessorias; a privatização da pesquisa científica; interferência na nomeação de

reitores e vice-reitores; cobrança de taxas na universidade; fragilização da autonomia didático-pedagógica, administrativa e científica da universidade; e submissão e controles externos sobre a universidade, reproduzindo dessa forma um padrão dependente de educação.

Diante desse padrão dependente educacional, Florestan Fernandes faz crítica ao que ele chama de colonialismo educacional, que seria a mera transplantação de determinados modelos educacionais do exterior para a realidade brasileira, sem estabelecer mediações com as nossas particularidades histórico-sociais e reais necessidades do povo brasileiro. Ele assume uma postura de defesa intransigente da autonomia universitária e docente assim como da organização coletiva e política do movimento estudantil (Fernandes, 2020a). Além disso, se opunha ao privatismo educacional ao defender que o orçamento público fosse exclusivamente para a educação pública. Defendia a democratização da educação pública e de qualidade, a partir de igualdade das condições de acesso e permanência, assim como a laicidade do ensino (Fernandes, 1966).

A referência à reforma universitária de 1968 ajuda a pensar as configurações e tendências da política de educação superior após o regime empresarial-militar. Em particular, a reforma de 1968 lançou as bases para o processo de mercantilização e privatização da educação superior que permanecem nos governos posteriores, ainda que com diferenças e contradições. É importante ressaltar que o privatismo educacional não é restrito à política de educação superior no Brasil, mas é um traço constitutivo das políticas educacionais brasileiras, contemplando também a gênese e o desenvolvimento da educação básica, conformando históricas desigualdades educacionais.

Outro ponto de destaque nos escritos de Florestan Fernandes sobre a questão educacional refere-se à relação entre a formação política e o trabalho do professor. Nesse aspecto, o autor nega o discurso da suposta neutralidade no âmbito do trabalho docente. Tal discurso promove a separação entre cidadão e professor ou do cientista. Na sua leitura, é impossível o professor ser “neutro” nos debates em sala de aula e nas pesquisas que desenvolve. Isto é, o trabalho do professor impõe uma responsabilidade intelectual e ética com os dilemas e problemas da sociedade, portanto, não se separa o cidadão do professor (Fernandes, 2019). Nessa direção, uma das tarefas do professor no processo político-pedagógico é a formação para o exercício da cidadania com inserção crítica e ativa na sociedade. Tal questão nos coloca o desafio de garantir uma formação pedagógica de professores com formação política alinhada às reais necessidades da classe trabalhadora.

O autor reconhecia e destacava a importância da pesquisa e do conhecimento científico no desenvolvimento da sociedade brasileira (Fernandes, 2020a). Por isso, a necessidade de mais

financiamento público destinado à pesquisa pública que responda às necessidades da classe trabalhadora e setores populares, ou seja, qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo deve considerar a educação e pesquisa científica como elementos estratégicos. Inclusive, o compromisso da escola, universidade, pesquisa e a produção de conhecimentos com as lutas da classe trabalhadora aparece nos escritos de Florestan Fernandes, ao mesmo tempo, o autor reconhece que este é mais um dos desafios educacionais da realidade brasileira (Fernandes, 2020b).

Dante dos eixos de análise do pensamento educacional de Florestan Fernandes, pode-se identificar várias questões que se referem a dilemas educacionais ainda presentes na contemporaneidade. Dessa forma, não são questões do passado, mas que se reatualizam na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro contemporâneo, incidindo no debate educacional e na produção de conhecimentos. Apontando, dessa forma, a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes como será exposto a seguir.

As tendências do debate educacional contemporâneo: incidências do pensamento de Florestan Fernandes

Para fins de exposição mais didática, em um primeiro momento, apresenta-se uma caracterização dos artigos selecionados nos periódicos a partir da pesquisa bibliográfica. Já no segundo momento, apresenta-se os principais eixos de análise do debate educacional contemporâneo a partir de Florestan Fernandes, sem pretender esgotar o tema e as possibilidades de reflexão. É importante ressaltar que o presente artigo não tem como objetivo elaborar um Estado da Arte do tema em questão, apenas apresentar algumas tendências do debate educacional na cena contemporânea que dialogam com o pensamento educacional florestiano.

351

Caracterização geral dos artigos selecionados nos periódicos

Conforme já informado anteriormente, foram selecionados 14 artigos publicados em periódicos no ano de 2022, a escolha deste ano justificou-se pelo fato de ter sido o último ano do governo Bolsonaro (2019-2022), período de aprofundamento dos históricos desafios educacionais na realidade brasileira. Dito isso, a maioria dos artigos é de autores/as vinculados/as à universidade pública brasileira, seja universidades federais, universidades estaduais ou institutos federais, sendo apenas um artigo com autores/as vinculados/as à faculdade privada. Tal fato pode parecer algo insignificativo, mas é essencial destacar que a universidade pública é ainda uma das principais instituições de produção de ciência na

sociedade brasileira, mesmo com todos os desafios. São autores/as que atuam como docentes ou estão como estudantes em programas de pós-graduação, produzindo conhecimento crítico como resultado de projetos de pesquisa ou de extensão.

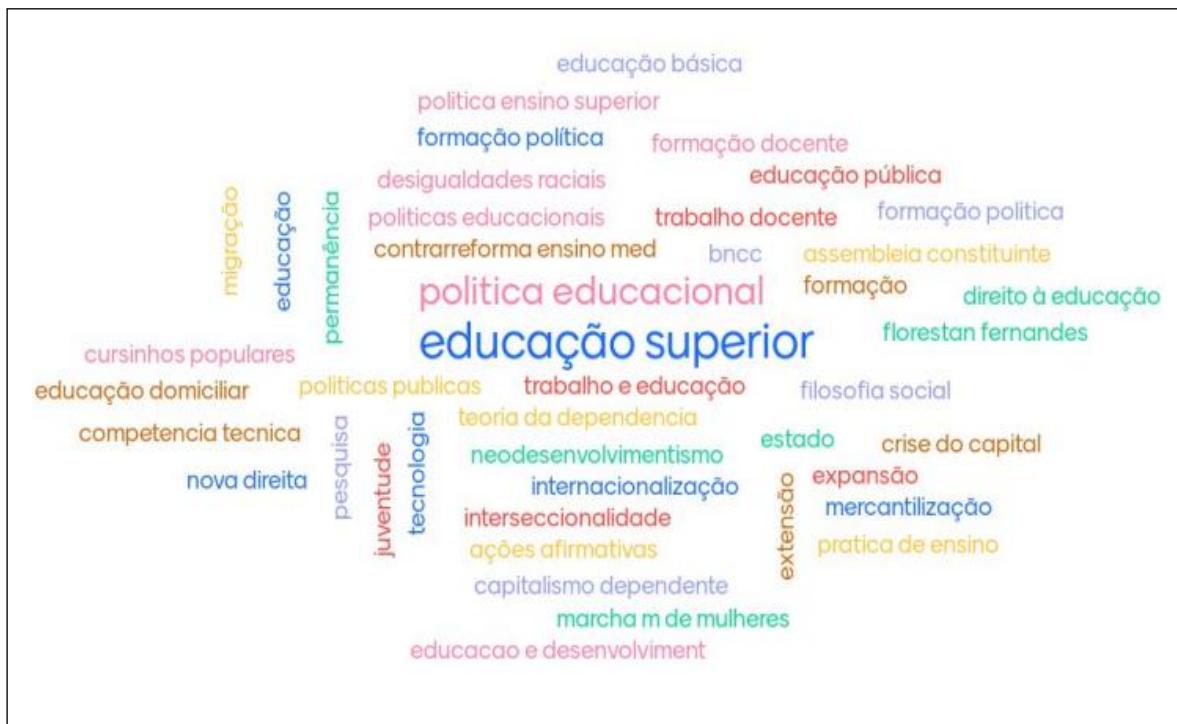
A origem dos autores/as dos artigos selecionados evidencia que estão vinculados/as a instituições educacionais das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. Na amostra selecionada, não foram identificados autores/as da região Norte. Ainda que de forma inicial, considerando o reduzido número da amostragem, tal fato pode indicar que a produção acadêmico-científica ainda está concentrada em determinadas regiões do Brasil, considerando que nelas estão as universidades históricas e com vários programas de pós-graduação de excelência, apontando a necessidade de debater também as desigualdades regionais no acesso à universidade pública e nas condições de produção científica. Mesmo as regiões Norte e Nordeste tendo sido contempladas com as políticas de expansão das instituições federais de ensino, tal processo ainda carrega as marcas da precarização das condições de trabalho, de pesquisa e assistência estudantil.

Destes 14 artigos selecionados, a maioria está em revistas que possuem avaliação Qualis considerando as classificações de periódicos quadriênio 2017-2020 da área de Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, a maioria destes artigos estão no estrato Qualis A, sendo: Pro-Posições, Argumentum e Diálogo Educacional (Qualis A1); Germinal, Teias e Roteiro (Qualis A2); Educación, Política y Sociedad, Trabalho Necessário (Qualis A3); e, Diversidade e Educação (Qualis A4). Já no estrato Qualis B são: Humanidades & Inovação e Extendere (Qualis B1); Novos Olhares Sociais (Qualis B2); e, a Revista Fim do Mundo (Qualis B4). Dessa forma, apenas o artigo publicado na Revista Desenvolvimento e Civilização que não foi identificado Qualis. Em síntese, cabe destacar que a maioria dos artigos selecionados estão em periódicos de qualidade reconhecidos pelas avaliações da CAPES, demonstrando que as questões apresentadas em cada artigo possuem relevância e seriedade acadêmica.

Para ajudar na visualização dos temas e questões dos artigos selecionados, apresenta-se a seguir uma figura com uma nuvem de palavras-chaves dos textos. Essa figura foi feita com a utilização do Aplicativo *Mentimeter* que produz a nuvem de acordo com a frequência da recorrência das palavras ou expressões citadas. Mas, de forma geral, é possível já afirmar a atualidade do pensamento educacional de Florestan Fernandes para análise dos dilemas educacionais contemporâneos e são múltiplas as possibilidades de reflexão, diálogos e articulação com outras temáticas tão importantes para a sociedade brasileira, como: formação política, movimentos sociais, questão racial, juventudes, mulheres, migração, tecnologia e

políticas públicas de forma geral. Porém, de forma mais recorrente, aparecem palavras-chaves vinculadas às políticas educacionais, educação superior e, em menor escala, mas também articulado, o tema da educação pública e educação básica.

Figura 1: Nuvem de palavras-chaves dos artigos.



Fonte: Elaboração própria com o uso do Aplicativo *Mentimeter*.

353

Especificamente sobre o tema da educação, chama a atenção a referência à educação domiciliar, pesquisa, permanência estudantil, formação e trabalho docente, BNCC, ações afirmativas, práticas de ensino e extensão. Não menos importante, destaca-se ainda a relação entre educação e desenvolvimento, contemplada nas palavras-chaves: capitalismo dependente, neodesenvolvimentismo e teoria marxista da dependência. Isso expressa que os artigos tratam de temas diversos e atuais da realidade brasileira em seus aspectos estruturais e dinâmicos, sem abrir mão de uma perspectiva teórica crítica com referência no pensamento educacional de Florestan Fernandes. É desse material que, a seguir, se apresentam algumas questões e eixos de análise desse debate educacional.

Tendências e eixos de análise dos artigos: incidências do pensamento educacional florestiano

Com base no levantamento bibliográfico, apresenta-se a seguir os principais eixos de análise da produção acadêmica no campo educacional que dialogam com o pensamento educacional de Florestan Fernandes. É importante ressaltar que tais eixos apresentam conexões

entre si, considerando a sua apreensão numa perspectiva de totalidade da realidade social brasileira.

a) Desenvolvimento e educação

Como apresentado anteriormente, a questão do desenvolvimento é um dos eixos centrais da obra de Florestan Fernandes, o autor considera que na dinâmica do capitalismo há diferentes ritmos de desenvolvimento, ainda que interdependentes entre si, a partir de uma relação entre “centro” e “periferia”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”. Dessa forma, o desenvolvimento capitalista apresenta diferentes conformações em cada realidade nacional e, ao mesmo tempo, está inserido na dinâmica do capitalismo mundial (Fernandes, 1973; 1976). Por esta razão, o capitalismo dependente é o “fio condutor” de análise do autor para análise da realidade brasileira, do contexto latino-americano e seus históricos dilemas, inclusive no campo educacional.

Partindo desse pressuposto de análise, no artigo de Shiroma e Zanardini (2022) encontra-se uma exposição sobre as principais concepções de desenvolvimento presentes no Brasil e as implicações sobre a concepção de educação sob a orientação da teoria marxista da dependência. Nesse sentido, as autoras destacam que o neodesenvolvimentismo e o desenvolvimento sustentável, como concepções de desenvolvimento do século XXI, não são alternativas concretas ao neoliberalismo, assim como não contribuem para a superação dos históricos dilemas educacionais do Brasil. Na verdade, são concepções de desenvolvimento que expressam uma ideologia do falseamento da realidade social, com intervenções que se restringem a ideia de mitigar a extrema pobreza sem questionar a dependência e o capitalismo contemporâneo na sua face financeirizada. Sobre o pensamento de Florestan Fernandes, as autoras dialogam com a obra *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (Fernandes, 2008a) ao tratar sobre as especificidades da economia capitalista dependente.

Outro artigo que parte da concepção de capitalismo dependente é de autoria de Silva, Santos e Santos (2022). Os autores tratam sobre a reprodução da dependência no capitalismo contemporâneo e a histórica subordinação do Brasil às potências mundiais e aos representantes do capital internacional, como as “recomendações” dos organismos internacionais. Para isso, dialogam com a obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1973). As implicações de tais “recomendações” que funcionam mais como imposições, resultam em processos de mercantilização da educação superior e fomento a uma mentalidade privatista no âmbito educacional, impactando diretamente na concepção da educação como direito e favorecendo os representantes dos setores privatistas de educação, os conglomerados

educacionais que encontraram nessa área um valoroso nicho de lucratividade, inclusive com apoio do Estado. Tal reflexão está na mesma direção do artigo de Andrade e Motta (2022), no qual as autoras tratam sobre o processo de empresariamento da educação, um campo de negócios permeado pelo dualismo privatismo x precariedade.

Esses artigos demostram a atualidade do debate sobre capitalismo dependente e as implicações sobre a educação, pois mesmo com as transformações do capitalismo contemporâneo em tempos de crise não se rompeu a dependência que, como fenômeno estrutural, se dinamiza permanentemente no interior da dinâmica do capitalismo. É importante destacar que o tema do capitalismo dependente não tem implicações apenas para o campo da educação, mas também várias áreas como: questão urbana e agrária, saúde, direitos humanos, democracia, racismo, dentre outras.

b) Educação básica e educação superior

Nos artigos selecionados surgiram algumas questões que tratam sobre educação básica e seus dilemas contemporâneos. No âmbito da educação básica, destacam-se os artigos de: Viana (2022), Alencar e Yannoulas (2022), e, Azevedo e Amaral (2022). No primeiro artigo, Viana (2022) trata sobre do processo de contrarreforma do ensino médio, entendido como um retrocesso nas políticas educacionais. Segundo a autora, o chamado “novo ensino médio” atendeu às requisições dos organismos internacionais e expressa uma concepção de educação utilitarista e dualista, na medida em que reproduz uma visão de mundo burguesa e, ao mesmo tempo, oferece diferentes formas de educação para diferentes classes sociais, com implicações para o trabalho docente, com a lógica das competências incidindo inclusive sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), precarizando o trabalho e a formação docente, fragilizando a autonomia docente e submetendo-a às avaliações externas (Viana, 2022). Para tratar de tais questões, a autora dialoga com Florestan Fernandes com o livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1973) para apreender a particularidade do Estado e as frações burguesas na economia capitalista dependente.

Já o artigo de Alencar e Yannoulas (2022) trata sobre o tema da educação domiciliar na agenda da nova direita, resultado da fusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Segundo as autoras, as propostas neodireitistas de defesa da educação domiciliar, ao reforçar uma concepção educacional privatista e individualista, configuram-se como um ataque ao direito à educação, ao seu sentido social e seu caráter democrático. Além disso, as autoras chamam a atenção para o fato de que os projetos de lei que pautam a regulamentação da educação domiciliar ferem o princípio constitucional de responsabilidade e dever do Estado com a

educação básica. Ademais, as autoras ressaltam que o não acesso à escolarização é um dos traços constitutivos da particularidade da formação social brasileira. Dessa forma, a reivindicação de setores pela educação domiciliar se contrapõe à noção de educação como direito na Constituição Federal de 1988. Para tratar dessa dificuldade do reconhecimento e da garantia da educação como direito, as autoras lançam mão das reflexões de Florestan Fernandes em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973) e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008a), no que tange à dialética entre “moderno” e “arcaico” e a conformação da dominação burguesa no capitalismo dependente.

Por fim, o artigo de Azevedo e Amaral (2022) trata de um tema não muito recorrente: o direito à educação para crianças migrantes, apátridas e/ou refugiadas. Os autores enfatizam que o direito à educação básica não se resume apenas à matrícula, mas também envolve o processo de ensino com apoio, acolhida e orientação. Ao buscar compreender os fundamentos dos desafios da escola pública e da educação básica, os autores buscam subsídios em Florestan Fernandes nas obras *Educação e Sociedade no Brasil* (Fernandes, 1966) e *O desafio educacional* (Fernandes, 2020b). Com isso, os autores defendem a indissociabilidade entre matrícula e ensino para garantia do direito à educação básica e a necessidade da formação para docentes e para a equipe gestora das escolas com vistas ao atendimento às crianças que se encontram nas situações mencionadas acima.

No que tange à educação superior, o artigo de Duarte e Lima (2022) caracteriza um processo de fascistização da educação superior a partir da reestruturação das universidades federais no período de 2016-2021. Para as autoras, essa reestruturação foi uma ofensiva burguesa conservadora às universidades conduzida pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro que teve como impactos: redução do orçamento destinado à educação; mudanças nos projetos pedagógicos e de gestão administrativa; a nomeação de intersetores nas instituições federais de ensino; e o Programa Future-se, projeto de avanço do privatismo educacional no interior da universidade pública. Tal período foi marcado pelo aprofundamento dos traços fascistoides constitutivos da natureza das frações burguesas no Brasil. Para fundamentar estas reflexões, as autoras se fundamentam em Florestan Fernandes para tratar dos dilemas educacionais e da natureza da burguesa no capitalismo dependente, assim são citadas as obras: *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes, 1976); *Poder e Contrapoder na América Latina* (Fernandes, 1981); *Brasil: em compasso de espera* (Fernandes, 1980); *Círculo Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (1979a); e, *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979b).

O artigo de Oliveira e Santos (2022) discorre sobre o processo de expansão da educação superior no Brasil na primeira década do século XXI, em particular, durante os governos petistas e as implicações para o trabalho docente, como: a precarização das condições de trabalho; o distanciamento dos espaços de organização política de classe; a responsabilização individual sobre o docente pelas práticas de ensino e pesquisa; bem como o fortalecimento do individualismo e a competitividade na dinâmica universitária. Tais processos são, na perspectiva dos autores, expressões da contrarreforma da educação superior brasileira que reatualizam traços e dilemas históricos da universidade na realidade brasileira. Para isso, dialogam com o pensamento de Florestan Fernandes nas obras *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 2020a), *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (Fernandes, 1976), *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo* (Fernandes, 1989); *Florestan Fernandes na Constituinte: leituras para a reforma* (Fernandes, 2014).

Ainda sobre educação superior, são pertinentes os artigos de Silva, Santos e Santos (2022), já citado anteriormente, que se debruça sobre o processo de mercantilização da educação superior no capitalismo dependente e a subordinação às requisições dos organismos internacionais. Além deste, cita-se ainda o artigo de Lages e Macêdo (2022) que discute a formação política no âmbito da educação superior de mulheres vinculadas à Marcha Mundial de Mulheres. Os autores refletem sobre a formação política na educação superior e, em particular, no trabalho de professores/as, assim como, a importância da aproximação com os movimentos sociais. Sobre formação política, os autores dialogam com *A formação política e o trabalho do professor* de Florestan Fernandes (2019), texto em que o autor apreende o trabalho docente necessariamente compromissado com uma formação crítica para a cidadania. Como é possível observar, o pensamento educacional de Florestan Fernandes contribui com várias questões atuais no campo da educação básica e educação superior.

357

c) Direito à educação, questão racial e ações afirmativas

O reconhecimento e garantida do direito à educação são um dos históricos dilemas educacionais da realidade brasileira. Nessa perspectiva, o artigo de Rodrigues (2022) aborda a atuação de Florestan Fernandes como deputado constituinte e sua luta pelo direito à educação. Nesse processo, ele denunciou os limites da “transição democrática” brasileira e defendeu a necessidade de o texto constitucional incorporar reformas estruturais necessárias à democratização efetiva e à garantia da justiça social. No campo educacional, defendeu a participação popular e de professores nos debates, além da destinação do orçamento público

exclusivamente para a educação pública. O artigo de Rodrigues (2022), baseado numa análise de discursos, textos e documentos, evidencia a participação ativa de Florestan Fernandes na Constituinte, reafirmando o seu compromisso histórico com a defesa do direito à educação, com a escola pública, com os/as trabalhadores/as da educação e com a democracia ampla e efetiva da sociedade brasileira.

Também nessa direção, o artigo de Cláudia Monteiro Fernandes (2022) recupera o pensamento educacional de Florestan Fernandes, como *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 2020a) e *A formação política e o trabalho do professor* (Fernandes, 2019) para discutir a importância das políticas de ações afirmativas como estratégias de redução das desigualdades raciais e de gênero na educação superior. A autora apresenta os impactos da política de cotas na universidade na graduação e pós-graduação, com uma mudança no perfil de estudantes, a exemplo do aumento do número de estudantes negros/as, mulheres negras, de baixa renda e oriundos/as da escola pública. Todavia, tal processo é permeado de contradições e variações, conforme as regiões do Brasil e as diferentes áreas de conhecimento. Mesmo com desafios, as ações afirmativas na universidade podem contribuir por meio do diálogo entre saberes, o fomento da organização estudantil para a redução das desigualdades educacionais. Cabe lembrar que a questão racial ocupa um lugar de atenção no pensamento de Florestan Fernandes, a exemplo de *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 2008b), dentre outros textos, no qual o autor já problematiza o mito da democracia racial na sociedade brasileira.

Também numa perspectiva de democratização do acesso à educação superior, o artigo de Rebouças, Chaves e Marinho (2022) apresenta a experiência de um projeto de extensão de uma universidade estadual e suas contribuições para o processo de formação profissional, sobretudo para a afirmação de uma concepção de universidade e extensão populares alinhada às necessidades sociais. Nessa direção, os autores dialogam com *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* (Fernandes, 2020a) para afirmar a importância de defender uma concepção de universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, assim como uma extensão articulada à pesquisa e com uma formação humana integral e crítica.

Também dialogando com estas questões, o artigo de Gomes Vicente (2022) trata da experiência dos cursinhos populares no Brasil, destacando que são iniciativas que buscam reduzir as desigualdades no acesso ao ensino superior no Brasil. Para isso, a autora chama atenção para o fato de que na formação social brasileira e de capitalismo dependente as trajetórias juvenis de acesso à universidade são profundamente desiguais e a experiência dos cursinhos populares pode contribuir na redução das desigualdades sociais. Porém, segundo a

autora, os cursinhos são permeados por diferentes concepções pedagógicas, uma de caráter mais utilitarista com função apenas voltada à aprovação no vestibular e, outra, de caráter crítico e de compromisso com a formação humana integral.

Por último, o artigo de Cassol, Canan e Vani (2022) também discute a questão da formação, mas articulada ao debate sobre tecnologias e políticas públicas. Para isso, os autores defendem a necessidade de uma formação tecnológica voltada para a coletividade humana e não para o mercado capitalista e consumista. Para tratar de tal tema, os autores fazem uma crítica ao Estado no capitalismo contemporâneo e resgatam as contribuições de Florestan Fernandes com sua obra *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (1973). A exposição de tais questões e eixos de análise aponta a importância da obra de Florestan Fernandes tanto no debate sociológico como no debate educacional, abrindo múltiplas possibilidades de diálogo e articulação com questões do tempo presente.

Considerações finais

Diante das questões e apontamentos levantados acima, comprehende-se que os dilemas educacionais contemporâneos devem ser apreendidos na dinâmica do capitalismo dependente brasileiro e o pensamento educacional florestiano apresenta muitas contribuições críticas nessa direção. Florestan Fernandes como um sociólogo, intelectual-militante preocupado com as desigualdades sociais, assumiu a defesa da educação pública o que fez com que a questão educacional ocupasse um lugar de relevo em suas problematizações, mesmo não sendo um pedagogo. Mesmo assim, “pode-se dizer que as preocupações educacionais acompanham toda a trajetória de Florestan Fernandes manifestando-se em todas as facetas de sua rica existência” (Saviani, 1996, p. 71). Ademais, o levantamento bibliográfico demonstrou as múltiplas possibilidades de diálogo com o pensamento do autor. Portanto, sua obra é fundamental para pensar a realidade brasileira e seus históricos desafios educacionais, assim como dialoga diretamente com a proposta de formação do Serviço Social brasileiro, no qual é central o entendimento dos processos sócio-históricos, o rigoroso trato teórico-metodológico da realidade social e as particularidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, conforme aponta as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss, 1996).

No contexto contemporâneo de crise estrutural do capital, de avanço do neoliberalismo e neoconservadorismo o que implica em reconfigurações na intervenção do Estado e no conteúdo e direção das políticas sociais, é fundamental a luta estratégica em defesa da educação pública como fez Florestan Fernandes. Além disso, em tempos de negacionismo é fundamental

a defesa da autonomia do trabalho docente, a importância da pesquisa científica e a produção de conhecimentos numa perspectiva crítica que contribua para a leitura da realidade social e atenda a um projeto de desenvolvimento compromissado com os interesses coletivos e populares.

Como se pode observar, a obra de Florestan Fernandes é atual, vasta e densa o que ultrapassando os limites deste texto. Porém, como mais um exercício de “aproximações sucessivas”, como nos ensina a perspectiva materialista histórica e dialética de pesquisa, espera-se que o tema tenha despertado o interesse na leitura deste sociólogo. Espera-se, também, que as reflexões expostas possam contribuir com os debates coletivos na perspectiva de luta em defesa da educação pública gratuita e de qualidade e vinculada às necessidades dos “de baixo”. Mesmo com muitos desafios, é imprescindível o fortalecimento das lutas sociais, das resistências coletivas e da organização popular nesta trajetória.

Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ALENCAR, Lídia; YANNOULAS, Silvia. Educação Domiciliar como Escolha Política, Moral e Mercadológica da Nova Direita no Brasil. *Revista Educación, Política y Sociedad*, v. 07, n. 02, 2022, p. 103-128.
- ANDRADE, Maria Carolina de Pires; MOTTA, Vânia Cardoso da. O empresariamento da educação de novo tipo e seus agentes: o empresariado educacional do tempo presente. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 42, 2022, p. 01-27.
- AZEVEDO, Rômulo Souza de; AMARAL, Cláudia Tavares do. Educação para além da matrícula: crianças migrantes, refugiadas, e a Resolução nº 1/2020. *Revista Teias*, v. 23, n. 69, 2022, p. 134-146.
- BRASIL. *Censo Escolar 2023: divulgação de resultados*. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais - MEC, 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, Presidência da República, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019*. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Brasília: Diário Oficial da União, 2019.
- BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramentos da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e de educação. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 08, n. 02, 2010, p. 185-206.
- CASSOL, Claudionei Vicente; CANAN, Silvia Regina; VANI, Juliana. Formação, tecnologias e políticas públicas: questões conceituais e estruturas sociais de poder. *Revista Diálogo Educacional*, v. 22, n. 74, 2022, p. 1226-1251.
- DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento; LIMA, Kátia. Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque. *Argumentum*, v. 14, n. 01, 2022, p. 07-25.
- FERNANDES, Florestan. *A formação política e o trabalho do professor*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008a.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008b.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FERNANDES, Florestan. *Círculo Fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2^a ed. São Paulo: HUCITEC, 1979a.
- FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: HUCITEC, 1979b.
- FERNANDES, Florestan. *Brasil*: em compasso de espera. Pequenos escritos políticos. Coleção Pensamento Socialista. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus Editora; Editora da USP, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes na Constituinte*: leituras para a reforma. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2014.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira*: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2020a.
- FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Expressão popular, 2020b.
- FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação*: o PT e os rumos do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FERNANDES, Florestan. Revolução ou contrarrevolução? In: FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes*: o Brasil de Florestan. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.
- GOMES VICENTE, Mariana. Cursinhos populares e a juventude: potencialidades e contradições. *Revista Fim do Mundo*, v. 03, n. 08, 2022, p. 144-160.
- GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Maria Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. *Políticas Educativas*, Santa Maria, v. 10, n. 1, 2016, p. 64-78.
- IANNI, Octávio. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes*: sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LAGE, Allene; MACÊDO, Perycles. Formação política e competência técnica na educação superior das mulheres: um olhar sobre as professoras ativistas da Marcha Mundial das Mulheres em Caruaru-PE. *Diversidade e Educação*, v. 10, n. 01, 2022, p. 305-329.
- LEHER, Roberto. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 121, 2012, p. 1157-1173.
- MONTEIRO FERNANDES, Claudia. Ações afirmativas como política de combate às desigualdades raciais e de gênero na educação superior brasileira: resultados das últimas décadas. *Novos Olhares Sociais*, v. 05, n. 01, 2022, p. 08-39.
- MORAES, Olivânia da Silva. A dimensão pedagógica do trabalho do assistente social. In: ALVES, Danielle Coelho; VALE, Erlênia Sobral do; CAMELO, Renata Albuquerque. *Instrumentos e Técnicas do Serviço Social*: desafios cotidianos para uma instrumentalidade mediada. Fortaleza: EdUECE, 2020.

- OKUMURA, Julio Hideyshi; NOVAES, Henrique Tahan. Florestan na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988): propostas e pensamento educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 44, s/n, 2023, p. 1-18.
- OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de; SANTOS, Fernando Silva dos. Trabalho docente na universidade pública: das políticas à prática de ensino. *Humanidades & Inovação*, v. 09, n. 02, 2022, p. 01-13.
- REBOUÇAS, Willame Anderson Simões; CHAVES, Emanuela Rútila Monteiro; MARINHO, Iasmin da Costa. UERN vai à escola: uma experiência sobre formação e resistência coletiva. *Extendere*, v. 08, n. 01, 2022, p. 137-153.
- RODRIGUES, Fabiana de Cássia. Florestan Fernandes e a educação pública na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988). *Pro-Posições*, Campinas, v. 33, 2022, p. 01-26.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. *Florestan Fernandes e a educação*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, 1996, p. 71-87.
- SHIROMA, Eneida Oto; ZANARDINI, Isaura Monica Souza. Educação e ideologia do neodesenvolvimentismo: heteronomia no campo educacional. *Roteiro*, v. 47, 2022, p. 01-25.
- SILVA, Renato Oliveira da; SANTOS, Maria Escolástica de Moura; SANTOS, Pedro Pereira dos. Mercantilização e educação: os impactos do capitalismo dependente na educação superior no Brasil no contexto da crise estrutural do capital. *Germinal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 01, 2022, p. 293-308.
- TREINTA, Fernanda Tavares; et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Production*, v. 24, n. 3, 2014, p. 508-520.
- VIANA, Jeane Santos Silva. (Des)caminhos da BNCC e da contrarreforma do ensino médio sob o amparo da internacionalização das políticas educacionais: implicações para o trabalho docente. *Revista Desenvolvimento & Civilização*, v. 03, n. 01, 2022, p. 72-93.